

## **A Cidade e a História: Vila Bela da Santíssima Trindade**

### **Antemural da América Portuguesa**

João Bosco da Silva – PPG-UFMT

A cidade vem exercendo um certo fascínio sobre os pesquisadores. Como afirma Maria Stella M. Brescianni, *as cidades são antes de tudo uma experiência visual [...] é uma produção social [...]*<sup>1</sup>, na qual os *traçados de ruas, [...] os vazios das praças cercados por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço*<sup>2</sup> é que dão vida aos territórios, é ali que se desenrolam as tramas e fatos humanos.

O objetivo deste texto é destacar a interrelação entre história e cidade, tendo como parâmetro a Vila-Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, visando demonstrar como a mesma foi pensada e edificada em um momento de turbulência política entre a coroa portuguesa e a coroa espanhola.

A busca da cidade ideal tem sido meta de todos aqueles que procuram desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida de moradores, tornando-se a principal causa da existência do espaço urbano, visto que esse espaço não se faz por si mesmo. É da relação entre os seres humanos que nele vivem, trabalham, amam, tem lazeres e prazeres, que sobrevive. Portanto *a cidade é o espaço onde a experiência da vida coletiva é mais intensa, onde a cidadania [...] regula e se faz presente nas regulações do poder.*<sup>3</sup>

Para Mumford, o nascimento da cidade está interligado ao aparecimento da escrita, em que as aldeias primitivas aos poucos foram dando lugar a centros urbanos com leis específicas que regulamentavam o viver do ser humano, passando com isso a ser um símbolo de possibilidade de organização política e social. *Utopia foi uma parte integrante da constituição*

*original da cidade, precisamente porque tomou forma no início, como uma projeção ideal, como uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu a terra.*<sup>4</sup>

Ele argumenta que inicialmente a cidade existe como uma utopia, não como algo impossível de se realizar e sim como um modelo ideal. Daí a comparação da cidade com o cosmo, no qual tudo ocorre com perfeição e harmonia. Esse modelo de perfeição é retomado com a Renascença, em que a chamada Revolução Urbana eclodiu e transformou os ambientes europeus.

O ser humano nestes novos ambientes urbanos deveria unir seu conhecimento intelectual ao progresso tanto econômico, quanto político, social e cultural com intuito de afastar deles toda e qualquer forma ignorante de pensar e agir. O movimento da Renascença vangloriava não só a beleza do saber, mas também a beleza estética materializada nas formas arquitetônicas das edificações urbanas.

Com o Iluminismo, no século XVIII Portugal e todo seu império colonial foram atingidos pela maneira de planejar e edificar ambientes urbanos saudáveis. Espalha-se, então pela América Portuguesa, especialmente a partir da segunda metade daquele século, projetos urbanísticos planejados sob régua e compasso. E é nesse contexto que Vila Bela da Santíssima Trindade, surgida para ser a Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, deve ser entendida e estudada. A nova Vila-Capital edificada no extremo Oeste das terras portuguesas na América do Sul, responde, por um lado a questões da política de demarcação de território e, por outro aos parâmetros urbanísticos que Portugal levava então.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi planejada e edificada por D. Antônio Rolim de Moura que a governou entre 1748-1765, com todo aparato para ser a Vila-Capital. Sua edificação era a representação maior da posse da coroa portuguesa no extremo oeste do Mato Grosso. Entretanto, Rolim de Moura, talvez atentando particularmente às questões de fronteira, a edificou muito próximo ao rio Guaporé. Isso fez com que a Vila-Capital sofresse com os infortúnios das cheias guaporeanas, tornando-se uma cidade insalubre.

Logo que a Vila-Capital começou a ser edificada, a vida de seus moradores passa a ser regulamentada por um minucioso código de posturas, contidos nas suas Posturas Municipais, colocadas em prática a partir de 1753<sup>5</sup>.

D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro governador e capitão general da capitania de Mato Grosso elegeu o lugar em que seria edificada a Vila-Capital por ter um clima menos doentio que dos arraiais [refere-se aos antigos arraiais mineradores, localizados na serra de São Vicente, local onde se deu início a colonização da região denominada Mato Grosso].

Afonso Veiga (2001) afirma que além de *estar quase na margem do Guaporé*, e por isso [...] *ser defensível, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeira, ter na sua proximidade, grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura*<sup>6</sup>, tornava este local perfeito para ser Vila-Capital.

E Rolim de Moura encontrou no local onde seria a futura sede do governo da capitania de Mato Grosso e Cuiabá *tudo o que uma vila precisava: boa água, campos, florestas e via de comunicação esplêndida. A tendia em tudo aos requisitos reais e ficava à beira do Guaporé*.<sup>7</sup>

Em 19 de março de 1752 a Vila-Capital começa ser erigida e passa a ter o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. De acordo com Provisão Régia de 5 de agosto de 1746, vários incentivos foram dados às pessoas que optassem por fixar moradia ali, entre os quais pode-se citar: *Pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dívida contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos*.<sup>8</sup> A coroa portuguesa de tudo fez para que as pessoas fossem se estabelecer na Vila-Capital e com assim garantir a posse efetiva da região para os lusitanos. Visto que de acordo com o tratado de limite de 1492, estas terras pertenciam oficialmente à coroa da Espanha, por isso *era importante para os portugueses a criação de uma vila no Extremo Oeste que auxiliasse o povoamento. [...] No início, a vila se resumia a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Fincado no meio do descampado, sinaliza o centro da futura praça. [...]*<sup>9</sup>.

Como parte da política urbanística setecentista a edificação de Vila Bela da Santíssima Trindade na fronteira com as terras de Castela constituía uma vitória e representação de poder do Estado luso no extremo oeste da América portuguesa, pois segundo Maria Fernanda Bicalho (1998) *as cidade e vilas colônias tornaram cenários privilegiados da dinâmica do poder do Estado metropolitano nos territórios, principais centros urbanos, palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico da Metrópole, espaço de sua plena visibilidade e ao mesmo tempo lugar no qual nada deveria escapar à sua ação e controle.*<sup>10</sup>

Em 1772, chega a Mato Grosso e Cuiabá o 4º capitão general e governador da capitania, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, militar de carreira, pessoa de confiança da coroa portuguesa, especialmente do marquês de Pombal. Ele, como outros capitães gerais que o antecederam<sup>11</sup>, traz consigo ‘Instruções’ de como proceder para bem governar a capitania.

Por ter sido edificada muito próxima ao Guaporé, a Vila-Capital possuía alcunha de pestilenta e doentia. Entre seus projetos, pretendeu o 4º capitão general e governador da capitania do Mato Grosso e Cuiabá, redimensionar o perímetro urbano da vila, fazendo com que as novas construções fossem levantadas o mais longe possível do rio Guaporé, pensando assim numa maneira prática de salubridade.

O projeto político de planificação de ambientes urbanos português teve seu período de auge no decorrer Era Pombalina, mas é perceptível tal projeto bem antes do período do seu ministério, já no governo de D. João V, se vê projetos urbanísticos como a Vila de Mocha (1716) na zona do Piauí.<sup>12</sup> Portanto, *as reformas praticadas por Pombal não impuseram rupturas ou mudanças significativas no processo de planificação português, mas ao contrário, representaram um desenvolvimento lógico dos objetivos colonizadores.*<sup>13</sup>

A planificação das vilas e cidades, no império colonial português, durante o governo de D. José I, e seu ministro Marquês de Pombal, objetivava ter maior controle sobre as pessoas que habitavam em espaço urbano e, transformando-os em verdadeiros lugares de colonização

lusitana, buscava com isso, garantir, frente à Coroa Espanhola posse e o uso do espaço, transpondo para o mundo colonial toda arte de edificar e construir ambientes urbanos.

Diferente da ação colonizadora espanhola, que procurou desde o principio edificar ambientes urbanos planejados, até o século XVII, Portugal mantinha a tradição de ruas em ladeiras tortuosas e íngremes, formando labirintos intrincados e irregulares, e edificando casarios em pequenos espaços. Só no século XVIII implantaram novos padrões urbanos nas regiões do centro na fronteira do extremo oeste, busca com essa atitude organizar e controlar os espaços planejados. Pois, as futuras povoações teriam de se submeter a um planejamento urbano.<sup>14</sup>

Pode-se considerar este mesmo século, especialmente durante o ministério pombalino, como o século da consolidação da tradição portuguesa de cidades de caráter geométricos, regulares e planejadas. Por todos os lados vê-se da América portuguesa, encontra-se noticia de funcionários do estado português criando novas vilas.<sup>15</sup>

Vila Bela nasce sob a essa ótica da filosofia do planejamento e edificações urbanas do século XVIII, cujo uso racional do espaço deveria representar uma postura política. A praça, as ruas retas entrecortadas, o uso racional do perímetro urbano, as edificações públicas em espaços estratégicos eram o exemplo típico dessa arte de bem construir, como também os habitantes dessas vilas e cidades deveriam seguir normas e regras para edificar suas residências, pensando no decoro que melhor estivesse adequado aos espaços urbano. Modelos de espaço urbano ideal, as vilas e cidades planejadas representavam a vitória da ordem e do controle sobre as ocupações casuais que a elas antecederam.

Primeiro aglomerado urbano planejado no extremo oeste de Mato Grosso, não a única e nem a primeira, Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso guardava em si especificidades indelévels, pois servia de sede política de uma das mais ricas capitânicas da América portuguesa. Além disso também era antemural de toda a colônia, já que fazia fronteira com terras da coroa espanhola.

Vila Bela, os arraiais e povoados da Repartição de Mato Grosso em 1772, ano da chegada de Luis de Albuquerque, era habitada por cerca de 4.200 pessoas, sendo em sua

maioria homens entre 16 e 50 anos – quase 2.377, e 18,5% de mulheres. O contingente feminino, era, portanto bem menor; o total de mulheres entre 15 e 50 anos não chegava a 528<sup>16</sup>. Vale salientar também que a Vila-Capital era um lugar visivelmente mestiço, pois 2/3 de seus habitantes eram negros, índios e mulatos. Estes eram quem ocupavam as mais diversas funções na vila, trabalhando como pedreiros, barbeiros, ambulantes, domésticos, entre outras atividades. Por sua vez, a população branca que representava 1/3 do total dos habitantes, se dedicava ao comércio e à mineração ou exercia funções ligadas a órgãos governamentais.

Em termos de estrutura urbana Luiz de Albuquerque encontrou na Vila-Capital, além igreja da Matriz, mais duas capelas, a de Santo Antonio e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens ou do Carmo, e quatro capelas sucursais localizadas nos arraiais mineradores próxima a Serra de São Vicente. Eram as capelas de *São Francisco Xavier da Chapada, distante 10 léguas; a de Nossa Senhora do Pilar, a igual distancia; a de Santana, 12 léguas distante, e a de São Vicente, a 19 léguas. Nesta ocasião as igrejas das antigas localidades de Lamego e Leonil já se achavam abandonadas, por falta de sacerdotes.*<sup>17</sup>

Aliás a ausência de religiosos era sentida também na própria Capital, pois como bem nos demonstra Leverger, mesmo a Matriz daquela Vila: *Desde de sua fundação achava-se servida por párocos encomendados. O seu rendimento excedia a cinco mil cruzados pouco mais ou menos.*<sup>18</sup>

Isto, entretanto não significou a ausência do poder religioso sobre a população vilabelense, como em outras localidades coloniais lusitanas, ali também, o tempo era regulamentado de acordo com as regras da Igreja visto que era essa instituição que direcionava a hora de abrir e chegar às tavernas e casas comerciais, por exemplo as tavernas não poderiam abrir depois da Ave Maria, ou seja, todas deveriam fechar às dezoito horas.

A praça central da vila abrigava os diversos edifícios públicos, tais como a Matriz, Casa da Câmara, Cadeia, Casa de Fundação e Real Fazenda.

Na Vila-Capital, quando da chegada do 4º capitão general os preços dos produtos eram super faturados, levando-o a proibir, em 1773, que os *vendilhões abusassem da sua posição para vender seus genros por exorbitantes preços.*<sup>19</sup>

Com referência à segurança, era um tanto quanto precária, já que [...] *a sua defesa consiste na sua situação, nos rios que lhe serve de barreira, nos bosques e pantanais que o circundam, e finalmente num sertão de 50 léguas, incultos e quase desconhecido que o separa da Província de Chiquitos*<sup>20</sup>. Portanto, a Vila-Capital que o 4º capitão encontrou era pouco guarnecida, valendo-se mais da própria natureza do que de um aparato militar e, para completar a situação, a pouca tropa que havia sido deixada por Luis Pinto de Souza Coutinho, antecessor de Luis de Albuquerque - de acordo com o artigo 13º das 'Instruções', era insolente, indisciplinada e não respeitava as regras impostas.

Em carta que dirigiu em 1773 ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, Luis de Albuquerque queixava-se as *Ordenanças [...] desta vila consiste em alguns centos d'homens, de que apenas uma sexta ou sétima parte serão brancos; sendo todos os mais, mulatos, índios e negros forros [...]*<sup>21</sup>.

Percebe-se pois, que ao lado da seguridade, o governador faz uma observação sobre a composição étnica da população vilabelense, salientando que a mesma era composta na sua maioria por não brancos. No mesmo documento e complementando suas descrições sobre a população masculina que poderia ser chamada no caso de defesa, conta-nos ainda que a maior parte dos homens com idade de pegar em armas para defender a região de fato não eram moradores estabelecidos naquela localidade, tendo mais uma relação efêmera, *porquanto sendo muito poucos os homens que se acham com estabelecimento fixo nestas colônias; mal se pode contar com eles sem a evidente contingência de só encontrarem quanto foram preciso para qualquer expedição; porque a maior parte dos referidos ou são negociantes que continuamente giram para o Para, Bahia, Rio de Janeiro, e por conseqüência não residem no País ou são homens sumamente endividados e perseguidos, que por evitar os seus credores, raras vezes se resolvem a sujeição de viver na sociedade das povoações [...]*<sup>22</sup>

Por outro lado, como o local escolhido para a sua edificação ficava à margem do rio Guaporé, a vila que constantemente sofria de inundações provenientes das sazonais enchentes do rio, fato aliás, seguidamente registrado na documentação, como se pode ver, por exemplo, nos papéis do Senado da Câmara de Vila Bela referentes ao ano de 1774 que, quando, entre outras coisas, traz notícias não apenas da cheia daquele ano, mas também rememora a ocorrida anteriormente *ainda não se pode principiar o muro dos quartéis, porque está tudo alagado, foi muito grande a cheia na semana da páscoa, só faltou menos de palmo para chegar a grande [enchente] de 71.*<sup>23</sup>

Estas enchentes faziam com que os vilabelenses vivessem em constantes problemas epidemiológicos; este era um dos grandes problemas não só para a população, mas também para a administração. O naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira que ali esteve no início de outubro de 1789, fez uma observação que nos ajuda a perceber esta questão. Segundo ele, a *cidade [Vila Bela] se achava atacada das horrorosas epidemias de catarrais, sarampo, garrotilhos, pontas e desinteiras [...] pelos matos, morreram antas, porcos, veados, bestas, muares e cavalos e até mesmo aves.*<sup>24</sup>

Tentando minimizar os efeitos deste fenômeno natural, logo depois de tomar posse, Luis de Albuquerque passou a recomendar que as novas construções fossem levantadas ao máximo de distância das margens do rio Guaporé.

Vemos, então que a vila que Luis de Albuquerque encontrou era um espaço urbano com riscos constantes de enchentes, com uma segurança precária, que necessitava importar basicamente todos os produtos que sua população consumia e que era composta em sua maioria por negro, índios e mulatos. Entretanto, o maior problema a ser enfrentado pelo 4º governador e capitão-general durante o seu longo governo era, sem dúvida, a questão das enchentes guaporeanas, que deixavam o ambiente vilabelense pútrido e doentio, um dos fatores que mais pesavam para que as pessoas não fixassem moradia por muito tempo na vila fronteiriça.



<sup>1</sup> Maria Tella M Bresciani. *História e Historiografia das cidades, um percurso*. In: Marcos Cezar de Freitas (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Editora Contexto. 2003. p. 237.

<sup>2</sup> Idem Op. Cit. p. 237.

<sup>3</sup> Francisco Salvador Verissimo. *Vida Urbana: A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro. Ediouro, 2001. p.16.

<sup>4</sup> Lewis Mumford. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. (Tradução Neil R. da Silva) 4ª ed. São Paulo – SP. Martins Fontes, 1998. p. 43

<sup>5</sup> Documento não disponível para consulta no APMT. Foi publicado por Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus no livro. *A Terra da Conquista: História de Mato Grosso Colonial*. Editora Adriana. Cuiabá. 2003. p. 195 a 212.

<sup>6</sup> Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá –MT. 2001. p. 42.

<sup>7</sup> Otávio Canavarros. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1722 – 1752)* Editora da UFMT. Cuiabá MT. 2003 p. 323.

<sup>8</sup> Augusto Leverger (Barão de Melgaço) *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá – MT. 2001. p. 42.

<sup>9</sup> Otávio Canavarros. *Idem. Op. Cit.* p. 324.

<sup>10</sup> Maria Fernanda B. Bicalho. *Urbanismo Colonial e os símbolos do Poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII*. In: Estudos ibero-americanos, PUCRS, v. XXIV n 1, junho 1998. p 43

<sup>11</sup> 1º Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá: D. Antonio Rolim de Moura Tavares (17/01/17751 a 25/09/1749); 2ª Governador: João Pedro da Câmara (01/01/1765 a 03/01/1769) ; 3º Governador: D. Luis Pinto de Souza Coutinho (03/01/1769 a 13/12/1772)

<sup>12</sup> Roberta M. Delson. *Novas Vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social n Século XVIII* Edições ALVA CIORD. 1997. p. 4.

<sup>13</sup> Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes. *Vila Maria do Paraguai: Um Espaço Planejado para Consolidar a Fronteira Oeste (1778 – 1801)*. Dissertação de Mestrado. UFMT. 2003. p.50

<sup>14</sup> Maria de Fátima M. L. de Moraes. *Idem. Op. Cit.* p.48.

<sup>15</sup> Magnus Roberto de Mello Pereira. *Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino*. In: Revista Agora. V 1 n° 1 março de 1995. Santa Cruz do Sul. Editora da UNISC. 1995. p.71

<sup>16</sup> Ofício do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro com que envia inventário da quantidade e qualidade da artilharia e munições de guerra existentes na capitania. AHU. NDHIR-UFMT. Cx. 15. Doc. 90.

\*A Capitania d Mato Grosso ,criada em 1752, foi dividida em duas repartições: a do Cuiabá, cujo principal aglomerado urbano se concentrava na Vila Real do Bom Jesus; e a do Mato Grosso, tendo Vila Bela como principal aglomerado urbano.

<sup>17</sup> Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá – MT. 2001. p. 68.

<sup>18</sup> Idem. Op. Cit p. 68.

<sup>19</sup> Henrique B. Rohan. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá- MT. 2001. p. 68.

<sup>20</sup> Instruções aos Capitães Gerais. p. 56.

<sup>21</sup> Ofício do Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. AHU. NDHIR- UFMT. Cx. 15. Doc. 90.

<sup>22</sup> Ofício do Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luis de Albuquerque ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e castro sobre a dificuldade de saber quantos são os homens brancos capazes de pegar em armas. AHU. NDHIR-UFMT. Cx. 15. Doc. 90.

<sup>23</sup> Carta do Provedor da Fazenda Real, Miguel Pereira Pinto a Luis de Albuquerque acerca da remessa de produtos do Armazém, Contas do Fardamento e Resposta para o Pagamento. APMT. Fundo: Fazenda. Grupo: Provedoria. Série: Correspondência Ativa. Lata: 1774. Doc. 34.

<sup>24</sup> Maria de Fátima Costa. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: Imagens do interior*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Vol. VIII (Suplemento). 2001. p. 102.